



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIPÓ
ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI N.º 1.833/2002
De 26 de dezembro de 2002.

Autoriza concessão de subvenções, auxílios financeiros e contribuições e contém outras providências.

O povo do Município de Matipó, por seus representantes aprovou e eu, Joaquim Bifano Magalhães, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Com base nas consignações orçamentárias do Município e respectivos créditos adicionais autorizados, fica o Executivo Municipal autorizado a conceder subvenções, auxílios financeiros e contribuições, conforme designação abaixo:

TRANSF. AO PLANO ESTADUAL DE ASSIST. FARM. BASICA	8.500,00
CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL A APAE	70.000,00
CONCESSÃO DE SUBV. FUND. EDUC. MENOR CARENTE – FEMEC	70.000,00
CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A FUNDAÇÃO VIDA	10.000,00
CONCESSÃO DE SUBV. A FUNDAÇÃO DE SAUDE CRISTO REI	80.000,00
TRANSFERENCIA À ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS	8.500,00
TRANSFERENCIA DE VERBA A “EMATER”	10.000,00
TOTAL	257.000,00

Parágrafo único. O disposto no *caput* aplica-se a toda a administração direta e indireta, inclusive fundações públicas.

Art. 2º - Fundamentalmente e nos limites das possibilidades do Município, a concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições visará a prestação de serviços essenciais de assistência social, médica hospitalar, educacional, cultural e desportiva.

Art. 3º - Somente as instituições cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias, a critério da Administração Municipal, serão concedidos os benefícios desta Lei.

Art. 4º - A concessão de subvenções sociais destinadas às entidades sem fins lucrativos somente poderão ser realizadas após observadas as seguintes condições:

- I – Atender direto ao público, de forma gratuita;
- II – não possuir débito de prestação de contas de recursos recebidos anteriormente;
- III – apresentar declaração de regular funcionamento nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2002 por autoridade local;
- IV – comprovar regularidade do mandato de sua diretoria;
- V – ser declarada por lei como entidade de utilidade pública;
- VI – apresentar o plano de Aplicação dos Recursos, especialmente as metas e objetivos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIPÓ
ESTADO DE MINAS GERAIS

- VII – existir recursos orçamentários e financeiros;
VIII – celebrar o respectivo convênio.

Art. 5º - O valor do auxílio sempre que possível, será calculado com base em unidade de serviços efetivamente prestados postos à disposição dos interessados, obedecendo os padrões mínimos de eficiência, previamente fixados por autoridade competente.

Art. 6º - As subvenções econômicas destinar-se-ão a empresas públicas de natureza autárquica, paraestatais afins, ou não exclusivamente.

Art. 7º - É vedada a concessão de ajuda financeira a qualquer título a empresas de fins lucrativos, salvo se tratar de subvenções econômicas cuja autorização seja expressa em Lei especial e atender as condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 8º - A destinação de recursos a título de “contribuições” a qualquer entidade, para despesas correntes e de capital, além de atender ao que determina o artigo 12, parágrafos 2º e 6º, da Lei n.º 4.320/64, somente poderá ser efetivada mediante previsto na lei orçamentária.

Art. 9º - As transferências de recurso do Município, consignadas na lei orçamentária anual, para o Estado, União ou outro Município, a qualquer título inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente.

Art. 10 - Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio-funeral, auxílio-moradia, auxílio-transporte, auxílios de assistência médica e hospitalar e auxílio de medicamentos a indigentes e desvalidos até o limite das dotações orçamentárias.

Art. 11 - As entidades privadas beneficiadas com recursos público a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização de contas ao órgão competente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos constantes no Plano de Aplicação dos Recursos.

Parágrafo único. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo convênio.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2003.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Matipó, 26 de dezembro de 2002.


Joaquim Bifano Magalhães
Prefeito Municipal